

'Punir só os abusos', pedem donos

A diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp) enviou ontem telex ao presidente Sarney, aos ministros da Fazenda, Educação, do Gabinete Civil do e SNI e seus assessores, propondo que o governo mantenha os aumentos das escolas particulares que não tiveram nenhuma reclamação no Conselho Estadual de Educação, mesmo que elas tenham ultrapassado os 157%: "Punam quem abusou, não reabram litígio onde não houve", pediram os donos de escolas.

O professor José Aurélio de Camargo, presidente do Sieesp, afirmou que nenhum decreto tem valor

retroativo e que com a revogação do 95.720, "não significa que seus efeitos já produzidos poderão ser alterados", sugerindo que as escolas que cobraram acima do índice não devolverão o que receberam. "Vamos recorrer na Justiça. Só estamos esperando o texto do decreto para definir os termos do processo. Não vamos mais aceitar avanços e recuos", afirmou José Aurélio de Camargo.

Os donos de escolas foram convocados para uma assembléia extraordinária, ontem à tarde, mas apenas 25 mantenedores compareceram ao Colégio São Bento e uma

nova reunião foi marcada para a próxima semana. Para o presidente do Sieesp, o governo deveria ter fiscalizado as escolas que teriam cobrado exageradamente, antes de revogar a liberdade vigiada.

Para o professor Jorge Nagle, presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, agora que o governo fixou as "regras do jogo", o CEE terá condições de fiscalizar a cobrança das mensalidades. "Com a liberdade vigiada, a situação de reclamações estava muito generalizada e ficava difícil para o CEE exercer suas funções. Com o índice, acredito que o trabalho será menor e teremos estrutura para fiscalizar."